

FMO e FMI discutem na próxima semana transparência na gestão dos 309 milhões de dólares para a covid-19

A Comissão Executiva do FMI aprovou, no dia 24 de Abril último, um empréstimo de 309 milhões de dólares no âmbito da Facilidade Rápida de Crédito para ajudar Moçambique a suprir as necessidades urgentes da balança de pagamentos e fiscais decorrentes da pandemia da covid-19.

Antes da aprovação do crédito de 309 milhões de dólares, o Fórum de Monitoria do Orçamento (FMO) escreveu uma carta para a Comissão Executiva do Fundo Monetário Internacional (FMI) na qual reforçava a necessidade de um apoio financeiro para que Moçambique garanta a protecção social e aprimore a capacidade do sector da Saúde de lidar com a pandemia da covid-19.

Na sua carta de 22 de Abril, o FMO defendia a incorporação de princípios de transparência e de boa governação na gestão do contrato do empréstimo do FMI; a participação da Assembleia da República na aprovação do empréstimo; e uma transparência fiscal para garantir que a ajuda chegue onde é mais necessária. O FMO reclamava um espaço para a participação da sociedade civil independente na fiscalização do empréstimo de 309 milhões de dólares.

Já no dia 29 de Abril, o FMI respondeu à carta do FMO, convidando esta plataforma da sociedade civil para uma reunião na próxima semana onde serão discutidos os mecanismos de transparência previstos no acordo de crédito de 309 milhões de dólares.

Na verdade, as exigências do FMO estão em linha com os compromissos assumidos pelo Governo no Relatório sobre Transparência, Governação e Corrupção de Julho de 2019. Neste documento, o Governo reconhece que a falta de transparência pode exacerbar as preocupações com a governação e agravar o risco de conflitos de interesse.

“Não obstante a adopção de uma lei de acesso à informação, precisamos de assegurar que a mesma seja aplicada com imparcialidade. A divulgação mais transparente dos beneficiários efectivos, dos contratos extractivos e dos relatórios orçamentais pode também ajudar a acalmar os temores sobre a governação”, lê-se no relatório elaborado pelo Governo, com assistência dos Departamentos Jurídico e de Finanças Públicas do FMI.

Face à esta constatação, o Governo comprometeu-se a reforçar o quadro de supervisão institucional externa para maximizar o seu impacto, ao trazer robustez à sua capacidade de efectivamente fiscalizar o uso do dinheiro público.

Na área de governação orçamental, o Governo reconhece que a supervisão do sector empresarial do Estado e das instituições públicas ainda é fragmentada e incompleta, a gestão do investimento público carece de disciplina processual, a gestão da dívida é fraca e pouco transparente e a gestão de tesouraria é marcada por ineficiências e controlos frágeis.

Apesar de anotar o importante papel que os doadores e os parceiros de desenvolvimento têm neste processo, o Governo defende que os agentes internos devem ser o motor das reformas. “A sociedade civil, por exemplo, terá de exercer não apenas um papel de vigilância, mas também agir como fonte de conhecimentos, defesa da causa e mobilização. O sector privado terá também de ser parte da solução”.

Na visão do FMO, seria contraproducente se a aprovação por parte do FMI de um empréstimo de emergência para fazer face à pandemia da covid-19 significar o abandono da implementação na íntegra das reformas acordadas no Relatório sobre Transparência, Governação e Corrupção de Julho de 2019. Por isso, na reunião com o FMI agendada para próxima semana, o FMO vai defender que a aprovação do crédito de 309 milhões no âmbito da emergência da covid-19 não deve ser usada como pretexto para o abandono da implementação rigorosa das reformas assumidas pelo Governo no seu relatório sobre Transparência, Governação e Corrupção.

📍 Rua Eça de Queirós, N° 45, Bairro da Coop, Maputo - Moçambique 📞 +258 21 41 83 36 ✉ info@cddmoz.org

🌐 www.cddmoz.org 🐦 @CDD_Moz 📺 @CDDMoz 📷 @cdd_moz

Membros do FMO

